

Tutela da Evidência

PERFIL FUNCIONAL E ATUAÇÃO DO JUIZ À LUZ
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO

2020

Paulo Guilherme Mazini

TUTELA DA EVIDÊNCIA

**PERFIL FUNCIONAL E ATUAÇÃO DO JUIZ À LUZ
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO**

© Almedina, 2020

AUTOR: Paulo Guilherme Mazini

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584935611

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mazini, Paulo Guilherme

Tutela da evidência : perfil funcional e atuação
do juiz à luz dos direitos fundamentais do processo /
Paulo Guilherme Mazini. – São Paulo: Almedina, 2020.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8493-561-1

1. Direitos fundamentais 2. Juízes 3. Processo
civil - Brasil 4. Responsabilidade (Direito)
5. Tutela de evidência I. Título.

19-31125

CDU-347.919.6(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Tutela de evidência : Direito processual
civil 347.919.6(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Fevereiro, 2020

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

1. Introdução	17
1.1 O Problema Proposto.....	17
1.2 Estrutura do Trabalho.....	18
2. O Conceito de <i>Tutela da Evidência</i> e sua Previsão no CPC/73 e no CPC/2015.....	21
2.1 Tutela Jurisdicional Diferenciada e a Técnica Processual Satisfativa que Dispensa a Urgência.....	21
2.2 A (Re)Distribuição do Ônus do Tempo do Processo	24
2.3 O Dano Marginal	26
2.4 A Verossimilhança ou Juízo de Probabilidade	30
2.5 A Tutela Antecipada Prevista no Art. 273, II, e no 273, § 6º, do CPC/73	34
2.6 A Tutela de Urgência e a Tutela da Evidência Sistematizadas no CPC/2015....	38
2.7 A Enumeração das Hipóteses de Tutela da Evidência: Rol Exaustivo?	45
2.7.1 Abuso do Direito de Defesa ou o Manifesto Propósito Protelatório do Réu	46
2.7.2 Alegações de Fato Comprovadas Documentalmente e Tese Firmada em Julgamento de Casos Repetitivos ou em Súmula Vinculante	50
2.7.3 Pedido Reipersecutório Fundado em Prova Documental Adequada do Contrato de Depósito.....	53
2.7.4 Petição Inicial Instruída com Prova Documental Suficiente dos Fatos Constitutivos do Direito do Autor, a que o Réu Não Oponha Prova Capaz de Gerar Dúvida Razoável	54
2.8 Outras Hipóteses de Tutela Sumária Satisfativa que Dispensam o Requisito Urgência no Direito Brasileiro.....	59
2.8.1 A Técnica Monitoria	60
2.8.2 A Tutela Sumária nas Ações Possessórias	63
2.8.3 Os Embargos de Terceiro.....	65
2.8.4 A Tutela Sumária Prevista no Art. 647, Parágrafo Único do CPC	66

2.9	A Tutela da Evidência no Direito Comparado: O Caso do Art. 186 Bis do <i>Codice di Procedura Civile</i> , a <i>Condanna Con Riserva</i> do Direito Italiano e o <i>Référé Provision</i> do Direito Francês	68
2.9.1	O art. 186 bis do <i>Codice di Procedura Civile Italiano</i>	68
2.9.2	A <i>Condanna con Riserva</i> do Processo Civil Italiano	70
2.9.3	O <i>Référé Provision</i> do Processo Civil Francês	73
2.10	A Tutela da Evidência sob a Perspectiva Panprocessual	81
2.11	A Tutela da Evidência Liminar e o Princípio do Contraditório.....	86
3.	A Interpretação Sistemática do CPC que Resulta na Ampliação das Hipóteses da Técnica da Evidência	93
3.1	A Tutela da Evidência Fundada no Art. 311, II, do NCPC	93
3.2	A Necessidade de Conferir Interpretação Extensiva ao Art. 311, II, a Partir da Previsão do Art. 927, I à V do NCPC	95
3.2.1	A Tutela da Evidência Fundada em Decisões Proclamadas pelo STF em Controle de Constitucionalidade	97
3.2.2	A Tutela da Evidência Pautada em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR	99
3.2.3	A Tutela da Evidência Pautada em Incidente de Assunção de Competência	102
3.2.4	A Tutela da Evidência Pautada em Incidente de Recursos Especiais e Extraordinários Repetitivos.....	104
3.2.5	A Tutela da Evidência Pautada em Decisões Oriundas do Plenário ou Órgão Especial das Cortes de Justiça	106
4.	Aspectos Constitucionais e Processuais Específicos da Tutela da Evidência	109
4.1	Os Princípios da Duração Razoável do Processo, do Contraditório e da Ampla Defesa e a Discricionariedade Judicial	109
4.1.1	Discricionariedade Judicial.....	112
4.2	A Tutela da Evidência <i>Ex Officio</i> e os Princípios da Demanda e Dispositivo	114
4.3	O Poder Geral de Efetivação da Tutela da Evidência	141
4.4	O Princípio da Responsabilidade Civil Objetiva em Face dos Danos Derivados da Efetivação da Tutela da Evidência	152
5.	Tutela da Evidência e a Fazenda Pública	163
5.1	A Tutela Antecipada e a Lei n. 9.494/97.....	163
5.2	A Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 04	164

5.3	A <i>Ratio Decidendi</i> da ADC 04.....	165
5.4	O Art. 1.059, <i>caput</i> , do CPC/2015.....	168
5.5	A Efetivação das Decisões Concessivas de Tutela da Evidência Contra a Fazenda Pública.....	171
5.6	A Efetivação das Decisões Concessivas de Tutela da Evidência e o Art. 100, § 3º e § 5º da Constituição Federal.....	174
6.	A Tutela da Evidência na Fase Decisória e no Recurso de Apelação	179
6.1	A Concessão da Tutela da Evidência na Sentença	179
6.2	A Concessão da Tutela da Evidência pelo Relator que Realiza o Juízo de Admissibilidade da Apelação.....	182
7.	Conclusão.....	187
	Referências	189